

O PAPEL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS MOÇAMBICANAS

THE ROLE OF COMMUNITY RADIO STATIONS IN THE DEVELOPMENT PROCESS OF MOZAMBICAN RURAL COMMUNITIES

Alfredo José 

RESUMO: O presente texto analisa o papel das Rádios Comunitárias no processo de desenvolvimento das comunidades rurais em Moçambique, particularmente na província nortenha do Niassa, área de domínio e experiência do autor que, pela sua extensão e dispersão popular, continuam sendo meios de comunicação social indispensáveis. A abordagem temática do texto concentra-se na compreensão de quão as comunidades apropriam-se daqueles tradicionais meios veiculando e escutando vozes que lhes são familiares. A análise estende-se também para a componente da sustentabilidade, na medida em que, não contando com autonomia financeira, as Rádios Comunitárias dependem, penosamente, de parceiros cujas contribuições não têm vindo a ser suficientes para o pleno funcionamento.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades; Desenvolvimento comunitário; Rádios comunitárias.

ABSTRACT: This text analyzes the role of Community Radios in the development process of communities in Mozambique, particularly in the northern province of Niassa, which, area of domain and experience of the author that, due to its extension and popular dispersion, continue being indispensable means of communication. The thematic approach of the text focuses on understanding how communities appropriate these traditional media by broadcasting and listening to familiar voices. The analysis also extends to the sustainability component, as, without financial autonomy, Community Radios depend, painfully, on partners whose contributions have not been enough for full operation.

KEYWORDS: Community; Community development; Community radios.

Revista Interlocus, volume 1, número 4, 2025

DOI: 10.5281/zenodo.18039217

Editor: Eduardo Mendonça Pinheiro

Artigo recebido: 20/06/2025

Artigo Aceito: 12/12/2025

Artigo Publicado: 23/12/2025



1. INTRODUÇÃO

O n.º 1 do artigo 13 do Regulamento Interno do Instituto de Comunicação Social (ICS) refere que as Rádios Comunitárias (RCs) destinam-se a produção e difusão de materiais informativos, educativos e recreativos em apoio aos projectos e programas de desenvolvimento das comunidades das zonas rurais onde se encontram inseridas. Servindo-se das rádios e outros meios de comunicação de âmbito tradicional, o ICS mantém-se no mercado das comunicações fiel na divulgação das políticas e orientações que norteiam o processo de desenvolvimento comunitário em Moçambique.

É a partir desta realidade que tomamos a iniciativa de, com o beneplácito institucional, realizar um estudo de base cujo escopo consistiu na perceção sobre o papel que as rádios comunitárias desempenham no desenvolvimento das comunidades, com alguma ênfase para as suburbanas.

A Província do Niassa, região onde o estudo foi realizado, é coberta de RCs por quase todos os distritos, não obstante algumas serem de gestão privada, e maioria sob a tutela institucional pública, através do ICS.

A preocupação pelo impacto das rádios comunitárias está de algum modo ligada aos desafios institucionais, cujo segmento é de melhorar a qualidade de vida das comunidades através dos serviços de comunicação prestados junto destas. São escassos os estudos que se tenham destinado a encontrar a resposta do trabalho das RCs nas comunidades. Daí que dentre várias questões, pretendíamos compreender sobre:

- Que mudanças socio comportamentais têm vindo a surgir pela implantação das RCs nas comunidades;
- Qual tem sido o uso quotidiano das RCs pelas comunidades;
- Que desafios institucionais são desenhados para a sustentabilidade das RCs;
- Que avaliação é feita dos conteúdos veiculados pelas RCs nas comunidades.

Da metodologia, o estudo procedeu a consulta de documentos bibliográficos inerentes a instituição que tutela as RCs, informações patentes em RCs, tendo confrontado com o que a literatura diz, atinentes a gestão e funcionamento institucional rumo ao alcance das atribuições afins.

2. PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES ATRAVÉS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

2.1 Conceito de rádio comunitária

As várias literaturas do ramo comunicacional enquadram a rádio comunitária no meio de comunicação com características elementares cuja essência está na sua fácil abrangência do público destinatário. Uma outra variante que a caracteriza é a sua acessibilidade se comparada com outros meios de comunicação. No nosso meio, em Moçambique, apesar dos avanços tecnológicos assinaláveis nos últimos tempos, a população, sobretudo a suburbana, continua fiel à escuta pela rádio, pois não exige muitos custos, além da sua própria natureza, que prevê a participação comunitária, como refere Peruzzo no pressuposto seguinte:

Quando uma emissora promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança a sua

primeira resposta; quando informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida quotidiana; quando em seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões são respeitadas; cultural e não a homogeneização mercantil; [...] quando não se tolera nenhuma ditadura imposta pelas gravadoras; quando a palavra de todos voa sem discriminações ou censuras – essa é uma rádio comunitária (Peruzzo, 2004, p. 89).

Como se pode notar, o denominador comum na conceção da rádio comunitária é a participação. Até porque ainda que haja constante desenvolvimento dos múltiplos meios de comunicação modernos e digitais, a questão da veracidade das fontes de informação continua fazendo com que a rádio mantenha o seu lugar cativo nas comunidades, pois, os ouvintes se identificam através da experiência de vozes conhecidas com as quais lidam no seu dia-a-dia.

2.2 Audiência à rádio comunitária

Apesar da concorrência pelos meios de comunicação contemporâneos, o nível de audiência às RCs continua animador, pois a maioria das pessoas nas comunidades tem estado ligada à rádio durante parte considerável do dia em suas casas, no campo de cultivo (machambas) e outros locais a que os ouvintes se encontrem. Este pressuposto leva à creditação de que as RCs (ainda) constituem, de facto, um poderoso instrumento de comunicação nas comunidades, servindo, de certa forma, como companheiras dos seus ouvintes. Talvez encontremos a motivação por esta realidade na aceção que segue:

A rádio comunitária é pouco custosa, fácil de manejar e tem a vantagem de alcançar a todos os membros da comunidade em sua própria língua. Como meio de comunicação de massa, incrementa consideravelmente o potencial de desenvolvimento implícito no intercâmbio de informação, de conhecimento e de experiência. A rádio comunitária não só informa, educa e entretém, mas dota a comunidade de mais poder ao outorgar a palavra a todos 'sem - voz', com o que favorece a transparência nos assuntos públicos (UNESCO, 2001, p. 22).

Fora a audiência aludida pela frequência de escuta, tem sido também fundamental compreender que o grosso número dos membros das comunidades (sobretudo os adultos) tem estado ligado aos programas das rádios desde que as mesmas foram implantadas. Um facto de extrema importância para o estudo, na medida em que vislumbra a possibilidade de as pessoas conhecerem, inclusive, os desafios enfrentados por aqueles meios de comunicação local. Mas também pode ser um marco por parte de entidades gestoras desses instrumentos de comunicação, no sentido de que os propósitos institucionais continuam presentes no seio das comunidades beneficiárias.

2.3 Conteúdo temático mais acompanhado

Em função de alguns dos conteúdos programáticos veiculados pelas RCs, não obstante a grelha programática toda ser de âmbito educativo, temas específicos sobre a educação, saúde e agronomia são os que mais atenção merecem entre os membros das comunidades, considerando-os de vitais para o seu dia-a-dia.

Em relação à educação, há uma unanimidade de que, através dos programas afins, as RCs têm vindo a contribuir na retenção de raparigas e combatem casos de desistências de

raparigas nas escolas, além de dissuadir casos de gravidez precoce que já conheceram números assustadores. Já no que à saúde diz respeito, as RCs têm vindo a desempenhar uma considerável influência no controlo de algumas doenças cuja ocorrência pode ser evitada.

Trata-se de uma tendência que as autoridades de saúde reconhecem, pois, os temas veiculados naqueles meios de comunicação comunitária relacionados com a saúde ocorrem com o consentimento e aconselhamento do sector. Aliás, o mesmo sucede com a área da educação cuja veiculação é coordenada pelo respectivo sector de tutela.

Outra área não menos importante é de agricultura. Numa sociedade em que a produção agrícola depende exclusivamente de condições climatéricas naturais, o trato de temas sobre como proceder para aumento da produção e produtividade pelas RCs será sempre importante. Trata-se de um campo de saber para o qual a população camponesa, que ainda continua sendo maioria no país, mais se interessa, na medida em que difunde conhecimentos sobre o desenvolvimento de culturas de consumo e de rendimento por entidades afins.

Contudo, apesar da moda pelos temas de educação, saúde e agricultura, há espaço para melhora. A melhora é muito mais requerida para os temas transversais como a cultura, a qual não se pode limitar por simples musicalidade, mas a promoção de hábitos e costumes culturais locais; O meio ambiente, dado ao contínuo aquecimento global; entre outros.

A experiência demonstra que os demais temas são apenas tratados quando uma entidade, mediante contratos afins, os sugerem. A programação de uma RC deve ser ambiciosa e abrangente, que os clientes e/ou parceiros venham apenas comprar a contextualização temática a favor do objecto de trabalho que sustenta a sua organização.

É entendimento dos membros das comunidades que da mesma forma que os sectores da educação, saúde e agricultura vão ao encontro das RCs para difundir os seus serviços, os demais também fariam o mesmo, só assim as grelhas de programas estariam completas.

A experiência demonstra que os demais temas são apenas tratados quando uma entidade, mediante contratos afins, o sugere. A programação de uma RC deve ser ambiciosa e abrangente, que os clientes e/ou parceiros venham apenas comprar a contextualização temática a favor do objecto de trabalho que sustenta a sua organização.

Na verdade, sucede que mesmo sabendo da existência dos serviços radiofónicos, cuja função é difundir mensagens de utilidade pública, algumas (que não são poucas) instituições não fazem uso dos serviços das RCs para difundir os seus temas e informações. Um desafio que as RCs devem tomar em consideração no seu mecanismo de *marketing*.

2.4 Contributo das rcs nas comunidades

A implantação de RCs nos distritos na província de Niassa (cremos que seja algo generalizado) tem contribuído significativamente para o relacionamento entre as autoridades governamentais locais e as comunidades. As RCs são uma imprescindível fonte de informação para utilidade pública local. Para alguns, inclusive, a RC constitui a única fonte de informação, já que raramente têm acesso a jornais e outras fontes de informação mais sofisticadas por conta do seu custo.

A partir das RCs, muitas pessoas tomam conhecimento de situações que ocorrem dentro da comunidade a que fazem parte, o que lhes permite dar necessárias respostas

e de forma atempada. Informalmente contactado pelo estudo, membros da comunidade assíduos ouvintes da RC fizeram uma analogia do antes e o agora da instalação das RCs, afirmando que actualmente as pessoas têm mais facilidade de se informar sobre o que acontece no seu meio e no mundo além das fronteiras comunitárias. Para além da actualização que beneficiam através das RCs, os membros da comunidade têm o sentido de pertença sobre as mesmas, na medida em que participam directamente dos serviços facultados, corroborando o pressuposto segundo o qual:

Da permissão às comunidades de fazerem ouvir as suas próprias experiências e de examinar, de forma crítica, assuntos, processos e programas políticos que afectam as suas vidas; e educar e mobilizar as comunidades envolvidas em iniciativas de desenvolvimento e estratégias que vão resultar numa vida melhor para os ouvintes. A rádio é portanto potencialmente muito poderosa; pelo seu uso positivo e desenvolvimento para o êxito, recursos e ambiente adequados devem ser criados”. (AMARC África, 1998, p. 21).

No entanto, visto como um simples meio de entretenimento por alguns e, meio formativo por outros, sublinhe-se que apesar das autoridades locais fazerem uso das RCs para a divulgação temática afim, a sua exploração é ainda insuficiente, o que concorre para o receio de promoção dos meios diante do maior público auditor, a comunidade.

2.5 Conteúdo programático necessário nas RCS

A necessidade de alargamento de espaços de debates na grelha de programas das RCs é uma realidade, pois, apesar da difusão de temas importantes como os da educação, saúde e agricultura, o papel das rádios na promoção de debates, discussão de temas impactantes nas comunidades não é consistente. Percebendo que cada região geográfica tem uma especificidade que a difere da outra, as RCs devem procurar explorar as potencialidades e desafios temáticos da sua subscrição geográfica e promover debates sobre a superação dos mesmos.

Outra componente constatada pelo estudo como sendo insignificante na programação das RCs está ligado a temática do meio ambiente. As RCs pouco documentam a problemática de mudanças climáticas, o que denota um limitado grau de envolvimento comunicacional no trato do teor ambiental através da difusão de medidas dissuasivas à práticas nocivas ao meio ambiente.

Para não fugir a regra da governação actual cujo apelo à criatividade e empreendedorismo lhe é bandeira modal, as RCs tendem a ser chamadas para replicá-la, de modo a que os membros das comunidades percebam que além das políticas governativas, é possível desenvolver acções produtivas com o recurso às condições locais. Este cenário pode ajudar aos membros das comunidades a se redescobrir, despertando as habilidades de trabalho que em si habitam, tendo como consequência, o desenvolvimento das comunidades a que pertencem.

2.6 Qualidade dos serviços das RCS

Não é ao todo inédito, reconhecer que o funcionamento das RCs a cada ano que passa tende a ser condicionado pelos desafios de escassez de condições que suportem a sua sustentabilidade. Mas mesmo que não cheguem à qualidade de excelência, o trabalho em

si desenvolvido é deveras possível, olhando pelos resultados que as mesmas produzem no processo de sensibilização social em prol do desenvolvimento local. O simples facto de as comunidades sentirem-se parte integrante da comunicação promovida pelas RCs é disso um marco importante na participação de ambas as partes no desenvolvimento local.

A presença de uma emissora comunitária mesmo que não totalmente participativa tem um efeito imediato na população. Pequenas emissoras geralmente começam a transmitir música na maior parte do dia, tendo assim um impacto na identidade cultural e no orgulho da comunidade. O próximo passo, geralmente associado à programação musical, é transmitir anúncios e dedicatórias, que contribuem para o fortalecimento das relações sociais locais. Quando esta cresce em experiência e qualidade, começa a produção local de programas sobre saúde ou educação. Isso contribui para a divulgação de informações sobre questões importantes que afectam a comunidade". (Peruzzo, 2004, p. 89).

Apoiado pelo entendimento de Peruzzo, assumimos que as RCs têm tido um desempenho possível porque, mesmo sem incentivos devidos, os fazedores de rádio automotivam-se e desenvolvem as suas actividades de forma conatural, eles têm dom de fazer jornalismo. A prestação de serviços dos colaboradores das rádios comunitárias contrasta com as condições de trabalho que lhes são proporcionadas. Aliás, apesar do aperto por que passam os profissionais de comunicação de base comunitária, as comunidades depositam confiança às RCs, não obstante haver mais trabalho para que a qualidade e confiança converjam.

2.7 Desafios de funcionamento das RCS

As constantes avarias das RCs, algumas delas que chegam a paralisar o funcionamento das mesmas durante um determinado período, constituem o mais sério constrangimento com que se debate. Raras são as vezes que uma RC faz um ano sem avaria, o que denota a fragilidade institucional de manutenção. Para os técnicos (internos) entendidos em matéria de manutenção e reparação dos equipamentos de RCs, algumas das avarias são simplesmente previsíveis, bastando, para isso, a existência de peças de reposição. Isto é, sendo um equipamento suscetível a danos, sobretudo em épocas chuvosas, é indispensável a existência de peças de reposição, realidade que evitaria custos de deslocação de técnicos de um uma região para outra e aquisição pontual de peças para o arranjo do equipamento avariado.

A experiência localmente colhida indica que os governos locais (distritais) pouco têm dado conta da existência das RCs quando as mesmas apresentam problemas que causam um silêncio nas transmissões. Numa altura em que a governação tende para a participação integrada de todas as forças vivas da sociedade, e que a maior parte das notícias veiculadas pelas RCs referem-se à realizações do Governo do dia. Daí que, mesmo que a responsabilidade administrativa e financeira esteja sob alçada institucional do Instituto de Comunicação Social, as autoridades locais deviam desempenhar o papel de vizinho, o primeiro socorro em casos de eventual situação.

Não gozando de autonomia financeira, as RCs dependem da extensão do orçamento alocado à Delegação Provincial que, por si só, não tem sido suficiente. Não tem sido suficiente para as próprias despesas, imagine partilhar com as dependências! Faz tempo que, institucionalmente, se debate a necessidade de as RCs, tal como sucede com outros ser-

viços distritais, passem a ser Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs), pretensão que não tem encontrado acolhimento por parte dos decisores, porém, acredita-se ser um caminho que minimizaria parte da insustentabilidade financeira das RCs.

Aliás, tem sido graças ao entendimento que o ICS mantém com parceiros como o UNICEF, ADIN, Escola do Agricultor, Banco de Moçambique, EDM, ADPP, entre outros que, a troco de difusão dos seus serviços, desembolsam valores que fazem a diferença no processo de manutenção institucional e das RCs.

2.8 Caminho para a sustentabilidade

Tal como acontece a nível macro, em que o processo de descentralização que nos últimos ciclos de governação ecoa com alguns receios, a tendência seria replicada nas instituições. Esperava-se que pelo facto de cada uma das RCs possuir conta bancária que institucionalmente fora recomendado, as RCs fossem gerir as suas contas, claro, com o consentimento e regulamento institucional.

Actualmente, além da extensão orçamental das Delegações Provinciais, as RCs comunitárias têm na sua fonte de sobrevivência, as (quase) insignificantes receitas obtidas a partir de anúncios, dedicatórias e, principalmente, dos *spots* publicitários de singulares, instituições e/ou organizações que através dos quais fazem chegar as suas mensagens aos seus destinatários.

Todavia, o cenário torna-se mais constrangedor para os gestores das RCs na medida em que, apesar do título de coordenador/gestor da RC, sobra-lhes apenas saber sobre quanto valor de um determinado parceiro e quando entrou nas contas da RC, cabendo ao nível hierárquico imediato (Delegação) a tomar decisões sobre a retirada e o uso do mesmo. Esta situação tem colocado em polos opostos a hierarquia a nível da província e os gestores de base.

Já que o processo de descentralização e desconcentração de poderes se aparenta irreversível na nossa sociedade, no entendimento dos gestores das unidades orgânicas de base, encontram na transformação das RCs em UGBs como o caminho viável para a sustentabilidade das RCs.

2.9 ICS, órgão nobre em atribuições, carente de recursos

Em Moçambique, o ICS é o principal órgão público gestor de rádios comunitárias, apesar de ter concorrência de outras entidades como seja o Fórum Nacional das Radios Comunitarias, criado em 2011 com propósito de formação de rádios comunitárias.

Aparentemente pobre em infraestruturas, equipamentos, recursos materiais e humanos qualificados, o ICS tem uma riqueza única que o caracteriza: atribuições cuja materialização têm dado visibilidade as realizações do Governo e parceiros. Com as suas plataformas de comunicação, a instituição consegue compenetrar em zonas de difícil acesso, onde a imprensa convencional não consegue se fazer presente.

O ICS ganhou a fama de formador de quadros para os outros órgãos de comunicação social que, comparativamente oferecem melhores condições motivacionais. Que o diga a TVM e outros canais de comunicação social. O investimento em todas as vertentes no ICS é um imperativo. A qualidade dos serviços que o ICS oferece hoje seria ainda melhor se a motivação fosse devida.

Dos conteúdos programáticos, através do seu programa bandeira “Canal Zero”, com a duração de cerca de 30 minutos, de produção local (provincial) e de difusão nacional, no canal da Televisão de Moçambique (TVM), o ICS consegue trazer, através dos seus repórteres motivados pelo dom de fazer o jornalismo, a realidade crua sobre as realizações e desafios de governos locais e parceiros nas comunidades.

Outros programas e serviços de que o ICS pode se gabar em produzir e difundir, apesar das vicissitudes de cariz económico com que se debate são: O Campo, um boletim informativo centralmente impresso, de periodicidade mensal; Boletins informativos radiofónicos de produção local (provincial) e difusão central (na rádio educativa nacional) e local; Boletins informativos provinciais impressos com a periodicidade quinzenal e denominação local, sendo de Niassa designado *Umboni*.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se na realidade apurada pode-se aferir que as RCs continuam tendo um incomensurável impacto na vida das comunidades, sobretudo aquelas cujas posses não os permite a ter acesso as plataformas de informação e comunicação mais convencionais e de localização suburbana. Os conteúdos relacionados com a educação e saúde figuram entre os mais ouvidos pelos membros das comunidades, de quem partilha o mérito da pela resistência da rapariga nas escolas, o combate a gravidez precoce e combate a doenças de origem negligenciada.

A promoção de debates sobre assuntos que inquietam as comunidades ainda está a quem do desejado, julgando-se importante a formação dos profissionais de comunicação em matéria de condução de debates radiofónicos. Conhecendo o roteiro de debates as RCs poderão aumentar o grau de participação das comunidades, melhorando assim a consciência cidadã dos membros das comunidades, o que contribuirá para o alcance das soluções dos desafios que se impõem junto das comunidades.

Enquanto continuarem insustentáveis, o apoio dos governos locais na manutenção dos equipamentos vai sempre ser necessário, para que o “apagão” do sinal radiofónico passe para história. A ajuda de que se refere pode ate não ser material, mas no aliciamento de parceiros que possam comprar os serviços oferecidos pelas RCs. Em última instância, fazendo jus a questão fulcral do presente texto, não é ao todo engano, afirmar que o papel das RCs nas comunidades locais em Moçambique, usando como amostra a província de Niassa, tem vindo a ser impactante, apesar de haver ainda aspectos estruturais que possam ainda mais criar mais dinamismo nos serviços de informação e comunicação social nas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Dicionário técnico de comunicação**: Belo Horizonte: Ed. N/C, 1987.

BORDENAVE, J. D. **A comunicação como ferramenta do desenvolvimento sustentável**. Texto apresentado no seminário sobre comunicação para o desenvolvimento realizado em Maputo, organizado pelo ICS, em 1998.

MATTELART, A. MATTELART, M. **Histórias das Teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

NETO, A. C. **Rádio Comunitária Não é Crime**. São Paulo: Ícone, 2002.

PAIVA, R. **Estratégias de Comunicação e Comunidade Gerativa.** In: PERUZZO, Cecília. Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PERUZZO, C.M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C.M.K. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária.** Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/UMESP, 2003.

RUAS, C.M.S. **Rádio comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local.** Campo Grande: UNIDERP, 2004.

SADIQUE, F. **Algumas experiências de apoio ao estabelecimento de rádios comunitárias em Moçambique.** Maputo, 2002.

SILVEIRA, P. F. **Rádios Comunitárias.** Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

UNESCO Media Project. **Estratégia para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique.** Maputo, 2002.

UNESCO. **Ondas comunitárias: algumas experiências de apoio ao estabelecimento das rádios comunitárias pela UNESCO em Moçambique.** Projecto de desenvolvimento dos media UNESCO/PNUD, Junho de 2001.